

Eloá de Jesus dos Santos

eloa.ejs@gmail.com

Graduada em Administração pela Universidade do Estado da Bahia. Estagiou na Justiça Federal do Brasil - Seção Bahia, no Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Foi vice presidenta do Centro Acadêmico de Administração (CAADM). Atualmente desempenha o cargo de Auxiliar Financeiro na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia. Atua como projetista no Grupo Cultural Amuleto. Pesquisadora no do projeto denominado Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Tânia Moura Benevides

taniamoura2511@gmail.com

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Administração Estratégica pela Universidade Salvador e especialista em Finanças Empresariais pela Fundação Getúlio Vargas, com graduação em Administração pela Faculdade Ruy Barbosa. É professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia e da UFBA e professora horista da Faculdade Adventista da Bahia (FADBA). Atualmente coordena a Unidade de Educação a Distância da UNEB e atua como coordenadora do curso de formação denominado Movimento Popular e Direito à Cidade: uma abordagem formativa (UFBA). Como pesquisadora integra a equipe do projeto denominado Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador e é Editora da Revista Formadores [B3].

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Revista Formadores
Afroconhecimento

Debates de pretas sobre temáticas pretas

POLÍTICA DE COTAS E DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE SOBRE AS PROJEÇÕES DOS ALUNOS COTISTAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNEB E A PERCEPÇÃO SOBRE A SUA INFLUÊNCIA NO SEU TERRITÓRIO DE ORIGEM*

**Trabalho apresentado no XXI SEMEAD Seminários em Administração em novembro de 2018.*

RESUMO

O presente artigo socializa os resultados de um estudo realizado com os discentes de Administração do Departamento de Ciências Humanas-I da Universidade do Estado da Bahia. O estudo tem como objetivo analisar as projeções dos alunos cotistas do curso de Bacharelado em Administração, bem como identificar quais são as percepções dos mesmos em relação as possibilidades de promoção de desenvolvimento no seu território de origem. Em relação ao percurso metodológico, esse trabalho partiu de uma revisão de literatura e pesquisa documental para a definição das categorias de análise, que foram: Administração, desenvolvimento territorial, ações afirmativas e sistema de cotas. Optou-se pela análise e estruturação desta pesquisa a abordagem qualitativa e para o levantamento de dados primários, na fase de pesquisa de campo, foi construído um grupo focal com alunos cotista do oitavo semestre. Os dados coletados foram obtidos através de gravação de áudio e, posteriormente, analisados à luz da análise de conteúdo. Os resultados apontam que a maioria dos discentes projetam fundamentalmente a estabilidade financeira e aprimoramento acadêmico, não contemplando a possibilidade de influência territorial.

PALAVRAS-CHAVE:

Sistema de Cotas. Desenvolvimento Territorial. Administração. UNEB.

SANTOS, Eloá de Jesus dos; BENEVIDES, Tânia Moura. **Política de Cotas e Desenvolvimento: Análise sobre as Projeções dos Alunos Cotistas do Curso de Administração da UNEB e a percepção sobre a sua influência no seu Território de Origem.** Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 12, n. 7, p. 20-37, nov. 2019.

1. INTRODUÇÃO

A Lei 12.711, de 2012, conhecida como Lei de Cotas, determina que universidades e institutos federais reservem metade de suas vagas para estudantes de escolas públicas e, dentro dessa porcentagem, outras cotas sejam reservadas por critérios raciais de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (MEC, 2012). As cotas para pessoas pretas, pardas ou indígenas devem ser preenchidas de acordo com o percentual dessas etnias em cada Estado. O objetivo das cotas é o de corrigir o que é considerado como uma injustiça histórica herdada do período escravista que resultou em um número menor de acesso ao ensino superior e, como consequência, menos oportunidades no mercado de trabalho para negros e índios (SALATIEL, 2012).

A primeira experiência de sistema de cotas no Brasil foi implementada no Rio de Janeiro, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por meio de uma lei estadual, em 2000, gradativamente algumas universidades do país foram implementando diferentes sistemas de cotas. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) foi à primeira universidade do estado da Bahia a usar a reserva de cotas, o que possibilitou o auxílio como parâmetro para a aprovação da lei (VASCONCELOS, 2012). A UNEB, desde 2002, já formou 14 mil afrodescendentes, tal número que compreende 10 anos, é maior do que a formação obtida em toda a história da universidade (UNEB, 2018).

No processo seletivo da UNEB, existe a reserva de 40% (quarenta por cento) das suas vagas para candidatos negros que tenham cursado todo o Ensino Fundamental II (5º ao 9º ano), ou equivalente (5ª a 8ª série), e todo o Ensino Médio, única e exclusivamente, em Escola Pública; é ainda critério ter renda bruta familiar mensal inferior ou igual a quatro salários mínimos; ser pretos e se autodeclaram como tais. Há, ainda, 10% (dez por centos) de cotas para pessoas indígenas. Esse percentual é igualmente distribuído para todos os cursos da instituição, incluindo o curso de bacharelado em Administração, objeto deste estudo (UNEB, 2017).

O curso de Administração representa a maior oferta no país, é o segundo no que se refere a alunos matriculados. Além disso, possui o maior número de alunos concluintes, com 124.986 administradores em 2015 (INEP, 2015). Na UNEB o curso já existe há vinte anos e tem duração de oito semestres (UNEB, 2018).

Pensando nessa problemática, procura-se responder o seguinte problema: Quais as projeções dos alunos cotistas do curso de administração da UNEB e qual a percepção dos mesmos sobre a possibilidade de promover transformações no seu território de origem pós- formação acadêmica? Essa pesquisa tem por objetivo geral: Identificar as perspectivas dos alunos cotistas do curso de Administração da UNEB, Campus I, pós-formatura, avaliando a percepção dos mesmos em relação às possibilidades de promoção de desenvolvimento no seu território de origem. E como objetivos específicos: a) caracterizar a UNEB enquanto instituição de ensino superior, destacando o seu protagonismo enquanto universidade estadual e sua relevância no sistema de inserção de cotas; b) caracterizar o modelo de sistema de cotas adotado pela UNEB; c) identificar o perfil do aluno da instituição estudada, destacando seu posicionamento em se declarar ou não cotista e sobre a sua projeção pós-formatura; e d) identificar a percepção do aluno em relação à

possibilidade de influenciar o seu território de origem após seu processo formativo.

Esse estudo se torna relevante à medida em que leva em consideração reflexões acerca do sistema de cotas na UNEB, bem como as projeções pós-formatura dos discentes no âmbito do curso de Bacharelado em Administração. Acredita-se que este estudo poderá auxiliar aos discentes de graduação a avaliar questões em relação às trajetórias universitárias e gerar reflexões em torno da possibilidade de desenvolvimento territorial. Para além, este estudo parte de uma inquietação da autora, pois, ao vivenciar a formação em Administração na UNEB, inquietou-se em relação ao reconhecimento dos alunos cotistas quanto à sua participação no sistema de cotas, bem como sobre a responsabilidade advinda após essa participação.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 AÇÕES AFIRMATIVAS E SISTEMA DE COTAS NO BRASIL

As políticas públicas do nosso país, tem se caracterizado por perfilhar uma perspectiva social, com medidas redistributivas ou assistenciais contra a pobreza baseadas em concepções de igualdade (MUNANGA, 1996). Mattos (2007) diz que as ações afirmativas são fundamentalmente medidas construtoras para a igualdade racial, principalmente no que se refere reparação de discriminações e exclusões das populações negras. Ribeiro (1995) afirma que a maior desigualdade social no país é a que separa os pobres dos ricos, fato que se agrava com a discriminação racial vivida principalmente pelos negros, sendo ainda hoje a luta mais árdua vivida pelos descendentes de africanos, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade. Durante o período escravista, o Brasil usou cerca de doze milhões de pessoas negras como seu principal recurso de produção. Com o final do período colonial, o país consistia em uma das maiores populações negras do mundo moderno que teve que se readaptar à nova realidade, antes como escravos e, após, tornaram-se miseráveis “Só lhes deu, sobejamente, discriminação e repressão. Grande parte desses negros dirigiu-se às cidades, onde encontrava um ambiente de convivência social menos hostil. Constituíram, originalmente, os chamados bairros africanos, que deram lugar às favelas” (RIBEIRO, 1995, p. 222).

A ascensão do negro após esse período foi lenta e desigual em comparação à população branca. O autor, ao analisar as condições de vida e trabalho de negros e brancos, constata que historicamente o negro nunca partilhou das mesmas oportunidades e reconhecimento oferecidos a pessoas brancas, já que pontos de partida desses dois povos são extremamente opostos. Munanga (2006), expõe as ações afirmativas como essenciais no fundamento de combate de desigualdade social imposta a essa população há anos, pois estabelece uma relação entre o passado, presente e futuro, corrigindo os efeitos da discriminação no passado, e por finalidade estabelecendo a

igualdade em uma sociedade justa e democrática para gerações futuras.

É nesse contexto que o sistema de políticas de cotas se desenvolveu, como mais uma política afirmativa, quando em 29 de agosto de 2012 foi sancionada a Lei Federal de número 12.711/2012 que prevê reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência (MEC, 2012).

As políticas de cotas no Brasil representam uma das medidas estratégicas dentre as ações afirmativas para combater as grandes diferenças no número de negros com acesso às universidades. Munanga (2010) evidencia que mesmo que as escolas públicas melhorassem significativamente a qualidade da educação nela ministrada, ainda assim os negros levariam cerca de vinte a trinta anos de desvantagem em relação à igualdade social em comparação com os brancos. É evidente que as melhorias na rede de educação pública não serão tão rápidas, o autor afirma que as cotas são uma ferramenta de mudança rápida e com resultados efetivos, o que evidenciamos ao analisarmos a importância da reserva de cotas e o seu poder de transformação social, especialmente para a população negra que é o foco desse estudo.

Embora os negros representem 52,9% da população do país, a participação em cargos mais destacados é 6,3% na gerência e 4,7% no quadro executivo. Avalia-se que esses números se ampliem, pois, as organizações, de modo geral, justificavam a exclusão em função da baixa escolaridade e qualificação dos negros (ETHOS, 2016). O acesso à educação superior, indiscutivelmente, faz com que haja uma pressão no mercado de trabalho no sentido de trazer para as organizações necessidade de repensar a sua gestão e permitindo que mais negros se insiram no mercado formal de trabalho, inclusive em posições mais qualificadas.

2.2 DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO: ONDE ESTÁ A POPULAÇÃO VULNERÁVEL DE SALVADOR?

Há muitas vias de definir e conceituar desenvolvimento, incluindo o entendimento de desenvolvimento como distinto de crescimento econômico, pois espera-se por desenvolvimento mais que a simples multiplicação da riqueza material, implicando na expiação e na reparação de desigualdades passadas. Nesse sentido, espera-se a superação da ideia de maximização de crescimento do PIB de forma isolada, buscando-se, em alinhamento, a promoção da igualdade e a maximização das vantagens para aqueles que vivem nas piores condições, de modo que se possa reduzir a pobreza em um mundo em abundância (SACHS, 2008).

Por entender desenvolvimento como uma possibilidade de redução das desigualdades, é que, nesse estudo, optou-se por utilizar diretamente o conceito trazido por Sachs (2008) de desenvolvimento sustentável. Sachs (2008, p. 27) diz que as desigualdades:

[...] só podem ser superadas mediante atos de voluntarismo responsável –

políticas públicas que promovam a necessária transformação institucional e ações afirmativas em favor dos segmentos mais fracos e silenciosos da nação, a maioria trabalhadora desprovida de oportunidades e meios de vida decente, e condenada a desperdiçar a vida na luta diária pela sobrevivência

Sach (2008) constrói seu conceito de desenvolvimento sustentável, que se ampara em cinco pilares: social, ambiental, territorial, econômico e político, merecendo destaque, no artigo, as dimensões social e territorial em função do recorte proposto. Ao discorrer sobre desenvolvimento o autor destaca a importância do direito ao trabalho, já que este possui um duplo valor – intrínseco e instrumental – já que o acesso ao trabalho decente abre o caminho para o exercício de outros direitos.

A educação é, para Sachs (2008, p. 39), fundamental para o desenvolvimento. Isto se dá “[...] pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a autoconfiança e a autoestima.” Destaca também o valor instrumental, já que aumenta a empregabilidade, sendo assim uma condição necessária (mas não suficiente) para o acesso ao trabalho decente. O autor ainda destaca a importância do acesso à saúde e moradia, defendendo a manutenção das duas primeiras – educação e saúde – no controle da administração pública.

Em relação à moradia, primeiro é preciso entender que, para o desenvolvimento do território, é preciso que trabalhadores, empregadores, Estado e sociedade civil organizada participem do processo de desenvolvimento. Por esta razão, o planejamento territorial nos níveis municipal, microrregional e mesorregional precisa reagrupar os diferentes atores pela identidade cultural e interesses comuns, necessitando de espaços para o exercício da democracia e foros para desenvolvimento local, de modo a empoderar as comunidades para que assumam um papel ativo e criativo no desenho do seu futuro. Entretanto, esse ideal ainda está longe de ser alcançado, pois no Brasil a urbanização ocorreu de forma prematura e excessiva. Os refugiados do campo migraram para favelas e zonas periféricas das cidades gerando disputas em torno do espaço urbano (SACHS, 2008).

Sposito (2012) adverte que o processo de urbanização era relativamente simples e limitava-se, no plano territorial, à dicotomia cidade e campo. O desenvolvimento do modo de produção capitalista revelou uma divisão social e territorial do trabalho na escala interurbana, compondo redes urbanas impulsionadas pelos interesses econômicos. A distância entre os desiguais se dá pela lógica de periferização dos mais pobres e da destinação, aos mais ricos, às zonas centrais e pericentrais dotadas de meios de consumo coletivo, ou seja infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos. Trata-se, aqui, da noção de desenvolvimento territorial desigual e excludente.

Para Hita (2017) o modelo urbano atual e predominante no Brasil é injusto e se caracteriza pela desigualdade socioterritorial, onde boa parte da cidade é constituída por invasões em localidades ambientalmente frágeis, revelando o fenômeno das cidades divididas e segregadas. Gordilho-Souza (2008) afirma que na configuração atual das grandes cidades brasileiras nota-se o contraste das diferentes espacialidades demarcadas por padrões habitacionais específicos,

relacionados às classes sociais.

No sul do Brasil, 25% da população vive em favelas ou áreas irregulares; já no Nordeste esse número sobe para 60%, o que se repete verifica na cidade de Salvador. É preciso entender a dinâmica sociohistórica e cultural concreta que define essa cidade, que faz com que a periferia urbana seja a expressão social da pobreza (HITA, 2017). Vasconcelos (2016) diz que em Salvador há a separação das classes sociais, e indiretamente raciais, pela possibilidade de acesso, já que de um lado estão os prédios de luxo e condomínios fechados nos melhores bairros e, por outro lado, a consolidação das áreas pobres que resultaram de invasões e dos programas habitacionais do Estado. A separação de classes e de grupos raciais se perpetua nos espaços urbanos [clubes, blocos, camarotes, praias] e no direito à cidade, bem como se evidencia nos micros espaços residenciais, em casas ou apartamentos, onde a separação social e racial se perpetua nas divisões entre áreas sociais, íntimas e de serviços. Em Salvador quatro quintos da população é negra mas continua sofrendo restrições, pois foram mantidas em condições socioeconômicas fragilizadas e submetidas a continuação de uma cultura de relações interpessoais autoritária e excludente (VASCONCELOS, 2016).

Há, ainda, uma condição de permanência cultural, pois tal população mantém os traços culturais de origem africana nos cultos, músicas, danças, festas, alimentos e roupas, entretanto, com risco de uma supervalorização do lúdico em detrimento de um esforço mais efetivo para o rompimento da subordinação. Tal rompimento pode, e deve ser viabilizado na formação, qualificação e na educação formal (VASCONCELOS, 2016). Assim, pode-se afirmar que na constituição urbana de Salvador a população mais vulnerável está na periferia urbana, ou nos espaços entendidos como periféricos. Tal distribuição se dá em função de fatores econômicos, que se desdobram em outros aspectos, inclusive, político, pois o não amadurecimento político do sujeito faz com que o cidadão não se reconheça com direito à cidade. A desigualdade social pode ser lida nas diferentes formas de segregação espacial da moradia, diz Gordilho-Souza (2008). Nesse sentido, fica evidente a importância que a educação pode ter na reestruturação do território, pois se esta for inclusiva e emancipatória dará ao indivíduo a possibilidade de entender os limites e possibilidades para a transformação e o desenvolvimento do local em que vive.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura por meio de pesquisa bibliográfica com objetivo de encontrar as categorias de análise e estruturar o grupo focal. O levantamento de referências teóricas foi realizado buscando publicações em livros, artigos científicos, páginas de web sites e documentário que discutiam o tema.

Durante esta revisão, foram realizados estudos com base nas dimensões: Administração, desenvolvimento territorial, ações afirmativas, e sistema de cotas. Após construir o arcabouço teórico, foi possível identificar o melhor caminho metodológico a seguir.

No que tange o objetivo desta pesquisa, pode ser definida como exploratória, por tratar de um estudo que necessita de maior vínculo como problema. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007). Quando abordagem, uma vez que o tema ainda pouco explorado no curso Bacharelado em Administração do DCHI/UNEB, optou-se pela escolha de uma abordagem qualitativa, que segundo Goldenberg (1997) é uma abordagem que não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Os pesquisadores que utilizam deste tipo de abordagem, entendem que um pressuposto único de pesquisa, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. A partir desse estudo, foi possível construir um grupo focal, que segundo Morgan (1997) são categorias de métodos de pesquisa na qual ocupa uma posição intermediária, dessa forma a técnica ampara tanto na observação participante, quanto nas entrevistas em profundidade.

O grupo focal foi composto de dez questões com intuito de gerar discussões acerca do tema no qual foram selecionados alunos do oitavo semestre do curso de Bacharelado em Administração DCH-I/UNEB (em 2018.1), caracterizando, portanto, um estudo de caso, “a principal tendência em todos os tipos de estudo de caso, é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados” (SCHRAMM, 1971, p. 31). O questionário foi estruturado em três eixos distintos com perguntas introdutórias, desenvolvimento, fechamento e de verificação. Os dados empíricos foram gerados no mês de abril de 2018 e as informações obtidas em campo foram analisadas por meio das gravações realizadas durante a experiência. Chizzotti (2006, p. 98), diz que “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Durante o grupo focal, foi realizado o levantamento das categorias de análise. Com tais categorias, foi possível construir um questionário como instrumento de geração de dados. O questionário foi formatado no Google Forms, contendo questões abertas e fechadas, sendo aplicado aos discentes do curso de Bacharelado em Administração DCH- I/UNEB. O universo ou população amostral foi composto por 396 alunos e, utilizando-se o método de amostragem alheatória simples, encontrou-se uma amostra de 78 discentes. Para tal, considerou-se um nível de confiança de 95% e erro amostral de 10%.

A geração dos dados em campo ocorreu entre os dias 5 a 12 do mês de junho de 2018. O questionário foi enviado para os e-mails dos alunos e, como forma complementar, o link também foi encaminhado a grupos de alunos do DCH-I formado em rede social WhatsApp. Os dados foram tabulados também no Google Forms e, posteriormente, analisados com o método de Análise de Conteúdo. Esse método permite inferência embasadas em pressupostos teóricos e em fenômenos concretos. Nessa pesquisa, a situação concreta foi estudada segundo o contexto histórico e social. Na análise respeitou-se as seguintes fases: pré-exploração do material ou de leituras; seleção das unidades de análise (ou unidades de significados); processo de categorização e sub- categorização.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PERCEPÇÃO DOS DISCENTES EM RELAÇÃO À CONDIÇÃO DE COTISTA E DA SUA PROJEÇÃO PARA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE DE GRUPO FOCAL

A partir dos resultados do grupo focal foi possível traçar o perfil do aluno cotista do curso de Bacharelado em Administração do DCHI/UNEB. No que diz respeito à raça, todos participantes se declararam como pessoa negra. Em relação a gênero, os membros do grupo, se auto declararam como sendo do gênero feminino ou do gênero masculino. Nenhuma outra modalidade foi mencionada. Quanto a à faixa etária, os participantes apresentaram faixa etária entre 20 a 24 anos; quanto aos bairros de origem ou onde residem, todos os participantes informaram morarem em bairros periféricos da cidade de Salvador, tais como: Baixa do Bomfim, Alto das Pombas, Nordeste de Amaralina, Cabula e Engomadeira. Assim exposto, fica evidenciado que os perfis dos participantes do grupo focal se alinham com perfil dos alunos cotistas da UNEB, ou seja, indivíduos com baixa renda, oriundos de escola públicas e que vivem em bairros periféricos, onde existe um maior número de pessoas negras. Ribeiro (1995, p.222) evidencia em seus relatos, quando afirma que os descendentes de africanos escravizados não tiveram outra solução senão construir “os chamados bairros africanos, que deram lugar às favelas. Desde então, elas vêm se multiplicando, como a solução que o pobre encontra para morar e conviver.”

Após estabelecer o perfil dos estudantes do curso, foram abordadas questões voltadas à projeções futuras, percepções e contribuição do Bacharelado em Administração do DCHI/UNEB. Quando questionados sobre o que seria carreira, o discurso exposto pelo grupo afirmava carreira como uma trajetória profissional criada por meio de habilidades e cargos ocupados ao longo de anos. No entanto, ao serem indagados quanto ao significado da ferramenta de plano/planejamento de carreira, o grupo pareceu confuso ao tentar definir o conceito, porém, afirmaram saber do que se tratava. Nesse sentido, pode-se perceber as limitações do grupo quanto às definições que abrangem o tema carreira e suas ferramentas, em um curso como o de Administração, que trata desses aspectos, nota-se a necessidade de expansão e aprofundamento desses conceitos.

Ao buscar saber sobre a utilização de ferramentas para planejamento de suas carreiras, os participantes deslocaram o discurso e, ao invés em vez de discutirem ferramentas de planejamento de carreira, trataram de evidenciar a vulnerabilidade em que se encontram, em função da atual crise econômica do país. Enfatizaram a insegurança de construir um plano de carreira, já que o período que irão concluir o curso coincide com o atual panorama de crise econômica, social e política que vive o país. Após esse posicionamento generalizado, todos os presentes demonstraram ter a formulação de uma concepção acerca do caminho que desejam seguir, embora não utilizem nenhuma ferramenta específica de planejamento de carreira. Um dos participantes afirmou que,

por não dispor de nenhuma tecnologia específica, faz o seu planejamento de carreira de forma manual.

Ainda em relação ao planejamento de carreira afirmaram que o primeiro despertar para o pensar em planejamento de carreira, aconteceu após os primeiros processos de inserção produtiva como estagiários. Perguntados se durante as aulas recebem algum tipo de auxílio ou incentivo para a elaboração do planejamento, houve um posicionamento unânime em dizer não. Após a explicação realizada pela moderadora sobre como era feito um planejamento de carreira, foi perceptível notar que de fato os participantes não tinham entendimento esperado sobre o tema.

Quando questionados sobre suas projeções de carreira como recém-formados, informaram buscar como prioridade, após a graduação, a estabilidade. A maioria deseja fazer isso por meio de concurso público e, neste caso, dizem ser influenciados pelos pais. Apesar do desejo de se vincularem a organizações públicas, outras manifestações foram colocadas. São elas: continuar como empreendedor, gerindo a sua empresa recém-criada; ingressar em organizações privadas até atingir um cargo de nível estratégico, usando esse período para, em paralelo, se especializar academicamente.

A seguir, buscou-se entender se havia direcionamento para longo e médio prazo. Para o prazo de cinco anos, após a formatura, os participantes afirmam se projetar estabilizados e especializados nas áreas que identifiquem ter mais afinidade. Já no que concerne às perspectivas para dez anos, houve maior dificuldade no posicionamento, uma vez que demonstraram dificuldades em se projetar após esse grande período pós formação. Os participantes justificaram essa dificuldade por se considerarem jovens e terem tido poucas experiências no mercado de trabalho, além disso levam em consideração a possibilidade de mudanças de ideia com possíveis experiências profissionais futuras. Ao discutirem projeção de carreiras, os alunos cotistas não evidenciaram nas suas falas referências aos seus territórios de origem.

Os participantes foram questionados a respeito da percepção em relação à possibilidade de influenciar o território de origem após a graduação e, a esse respeito, as percepções dos participantes foram fortemente ligadas ao seu meio familiar. Diversas vezes, durante o processo de fala, foram ditas frases como: “De que maneira posso ajudar meu irmão na sua pizzeria?” “Como posso aplicar isso na padaria da minha tia?” Em nenhum momento as falas foram voltadas para o território e suas necessidades. Paula (2008) evidencia a indispensabilidade de capital humano entrelaçado com a educação para a potencialização do desenvolvimento local e, neste sentido, o exposto pode ser visto como um impasse no que se refere ao desenvolvimento de território.

Os discentes afirmaram, que conseguem influenciar em seus bairros, uma vez que são vistos como exemplo nas suas comunidades, ou seja, sendo negros e alunos de uma universidade pública, esse mesmo posicionamento aparece no documentário “Travessias Negras” (2017) dirigido por Antônio Olavo, que busca evidencia a trajetória narrando a vida de quatro jovens negras/negros, moradores da periferia de Salvador, estado da Bahia que, por meio da reserva do sistema de cotas, ingressaram na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em cursos ditos de prestígio social: Comunicação, Medicina, Letras e Direito.

Dito isso, pode-se afirmar que, sob a perspectiva dos participantes, a possibilidade de influenciar seu território de origem é pequena, uma vez que o grupo não apresentou nenhuma evidência em suas projeções de carreiras que contraponha isto. Além disso, mostraram ter pouco conhecimento sobre termos como desenvolvimento local e territorial, ou seja, as percepções a respeito verdadeiro significado que essas palavras carregam, associando apenas ao seu círculo familiar. Durante as discussões em torno do tema, sugeriram dúvidas sobre os termos corretos, constatando claramente a falta de entrosamento com tema, uma vez que assuntos de outros gêneros surgiam nas falas dos participantes. Ao buscar discutir sobre o sistema de cotas na UNEB, bem como buscar entendimento sobre a influência do curso de Bacharelado em Administração DCH-I na formação do pensar sobre o desenvolvimento territorial, questionou-se sobre a importância do sistema de cotas para formação e para carreiras dos participantes. Nesse momento, todos presentes concordaram que o sistema de cotas contribuiu positivamente para suas carreiras ao possibilitar o ingresso dos mesmos no ensino superior, contribuindo diretamente com a sua formação e, conseqüentemente, aumentando suas chances no mercado de trabalho.

Quando indagados sobre qual a contribuição da UNEB na formação das suas carreiras como administradores, os discentes afirmaram se sentirem privilegiados por estudarem nessa instituição, pois acreditam existir uma superioridade do curso frente às instituições privadas, e relataram se sentirem favorecidos por estudarem em uma universidade pública. Fomentando esse debate, um dos participantes mencionou como exemplo sua participação em entrevista de emprego, na qual sentiu o diferencial competitivo por fazer parte dessa universidade. Além disso, falou em relação ao status social. Alegou ter sentido uma condição de “status” em várias ocasiões por estudar na UNEB.

Disseram ainda se sentirem favorecidos por estudarem numa universidade na qual a estrutura de aulas ocorre em apenas um departamento, localizado em um único prédio. Alegam que isso, conseqüentemente, favorece aos alunos de baixa renda, uma vez que não necessitam deslocamento para outro *campus*. Também afirmam que, dessa forma, criam vínculos com pessoas de outras comunidades em torno da universidade, tais como: Pernambués, Mata Escura e Engomadeira. Ao serem questionados sobre qual a contribuição do curso de Bacharelado em Administração DCH-I/UNEB para o pensar na influência que podem exercer no território de origem, os alunos concordaram que existe grande contribuição da UNEB, por ser uma universidade popular e inclusiva. No entanto, a contribuição do curso de Administração é limitada e incompleta, pois declararam ser um assunto pouco discutido em sala de aula, uma vez que os professores focam em grandes empresas. Seja através de exemplos citados em aulas, ou de *cases*, deixando em segundo plano as pequenas organizações de bairro.

Como consequência disso, os discentes relatam a dificuldade em aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula como os negócios encontrados em seus bairros, o que conseqüentemente afeta diretamente no desenvolvimento territorial. Paula (2008) relata a importância da educação para o desenvolvimento local, tendo vista que o discente não recebe instruções e incentivos para este tema, como relatado pelos participantes, possivelmente é de se esperar que não desenvolva interesse pelo segmento. Como última questão, foi perguntado se o grupo entendia que a sua formação em Bacharelado em Administração contribuía para pensar em desenvolvimento

territorial. Neste sentido, embora não demonstrando conhecimento ou intenção de desenvolver ou participar de algo voltado para a sua comunidade, os participantes informaram que entendem a importância da contribuição da formação em Administração para pensar o desenvolvimento territorial e influenciar nos seus bairros, principalmente no que se refere à representatividade deles enquanto discentes negros de uma universidade pública e moradores de comunidades em Salvador.

4.2 PERCEPÇÃO DOS DISCENTES EM RELAÇÃO À CONDIÇÃO DE COTISTA E DA SUA PROJEÇÃO PARA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE DOS ALUNOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO DCH-I

Ao analisar os dados levantados em grupo focal foram formuladas as questões para a segunda fase da pesquisa de campo, utilizando o questionário. Neste processo, buscou-se expandir os resultados para ampliar a compreensão e entendimento dos resultados deste estudo.

Em relação ao perfil dos discentes do curso de Bacharelado em Administração DCH-I/UNEB [78 discentes], verificou-se que 52,6% se autodeclararam como pretos e 33,3% informaram ser pardos. Assim, o perfil dos participantes dos questionários coincide com o perfil dos participantes do grupo focal, representando, de fato, o perfil dos alunos cotistas presente da UNEB, apesar de [32 respondentes] se declararem como não cotistas.

A maioria expressiva dos alunos está na faixa etária compreendida entre 21 e 28 anos [64,1%], perfil semelhante ao encontrado no grupo focal. No que se refere aos bairros onde os discentes vivem, há uma coincidência em relação ao grupo focal, pois a maioria dos locais mais citados também não é periférica, como exposto no Quadro 01, a seguir:

Quantidade de alunos que residem nesse bairro	Bairros
10	Cabula VI
04	Brotas Itapuã
03	Nordeste de Amaralina São Marcos
02	Doron Stella Maris Vila Rui Barbosa São Marcos Bonfim Engomadeira Cajazeiras Engenho Velho da Federação Costa azul Pituba Itinga

Quadro 01: Distribuição dos bairros onde residem os discentes do Bacharelado em Administração DCH-I

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados empíricos coletados (2018).

Ainda no que diz a respeito ao território dos participantes, foi perguntado há quanto tempo os participantes vivem nesses bairros. Destaca-se o percentual de 7,7% representando indivíduos que residem no mesmo bairro há 29 anos, o que demonstra que os indivíduos do grupo analisado, em paralelo com a faixa etária encontrada, moram nesses locais há muito tempo, ou até mesmo desde que nasceram. Foi perguntado se os alunos gostavam do local onde viviam. Para esta questão, a maioria da resposta foram positivas informando que sim. Analisando de forma generalizada os “porquês”, identificou-se que os participantes afirmaram gostar dos bairros por considerarem o espaço tranquilo, além de suprirem as necessidades em relação a serviços e acesso fácil a outras regiões. Além disso, informaram se sentir ligados ao seu território, uma vez que muitos dos participantes moram há muito tempo na mesma região. Outros discentes informaram não gostar do bairro onde moram. De forma geral, atribuíram a insatisfação aos seguintes aspectos: violência constante, tráfico de drogas, precariedade do transporte público, pouca infraestrutura e carência de diversos serviços, como posto de saúde, lotérica, farmácias, bancos, entre outras necessidades básicas.

Os aspectos apresentados em relação à discrepância dos serviços e infraestrutura oferecidos nos diferentes bairros também aparecem nas reflexões de Gordilho-Souza (2008), em que o autor expõe a existência de padrões habitacionais específicos presentes nas cidades, esses mesmo padrões são visto no que tange às classes sociais. Em relação aos bairros onde os alunos residem, foi perguntado de que modo eles avaliam a estrutura do lugar onde vivem, 65,4% avaliam como precária, ou seja a maior parte dos alunos entrevistados moram em locais como favelas/invasões, áreas irregulares e periféricas. Deste modo, esse resultado se assemelha com as características dos bairros mais citados no questionário. Diante disso, se faz necessário recorrer a Hita (2017), que expõe a necessidade de compreensão sob da dinâmica sociohistórica e cultural que define os espaços, que faz com que a periferia urbana seja a expressão social da pobreza.

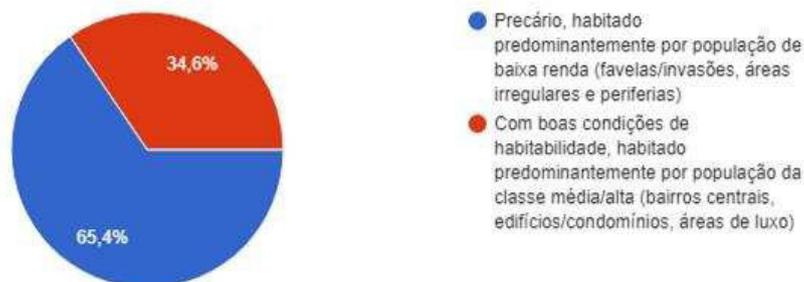


Gráfico 04: Avaliação da estrutura dos bairros.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados empíricos coletados (2018).

Ainda tratando da estrutura do local, foi perguntado quanto os equipamentos, infraestrutura e serviços urbanos disponíveis nos bairros. 42,3% informaram morar em territórios onde existe precariedade, enquanto que 35,9% afirmaram morar em locais estruturados. O modelo urbano que se faz predominante no Brasil, segundo Hita (2017) é injusto, uma vez que caracteriza pela desigualdade socioterritorial, onde boa parte da cidade é constituída por invasões em localidades ambientalmente não adequadas. O autor ainda enfatiza a região de Salvador, que detém a maior parte da população vivendo em favelas, ou até mesmo áreas irregulares. A fim de entender de forma mais ampla as características do território onde residem os alunos, foi perguntado se existe algum tipo de associação/centro comunitário presente nos bairros, 42% informaram existir esses espaços. No que se refere ao UNEB, curso de Bacharelado em Administração e desenvolvimento territorial, foi perguntado em que medida a formação dos participantes no ensino superior contribuía para o desenvolvimento do bairro. Foi obtido o maior percentual (29,5%), que informaram não saber responder, enquanto que 28,2% informaram que o curso não contribuiu para o desenvolvimento territorial. Perguntados quanto ao que pretendiam após o processo formativo no curso de Bacharelado em Administração DCH-I/UNEB 42,3% informaram ter pretensão de ingressar em uma instituição pública via concurso, e 25,6% desejam empreender. Essas mesmas pretensões aparecem da mesma forma nos discursos em grupo focal, mostrando a intenção dos discentes de buscarem estabilidade pós-formação.

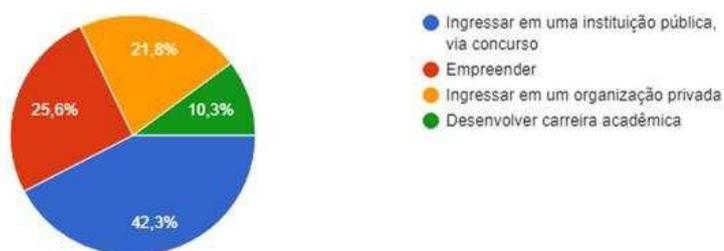


Gráfico 08: Pretensões pós-formação dos discentes de bacharelado em Administração DCH-I/UNEB

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados empíricos coletados (2018).

Quando perguntados em que condições a formação acadêmica poderia contribuir para a melhoria dos bairros, 37,2% informaram ter pretensão de serem exemplo para os alunos ingressarem no ensino superior, esse percentual mais uma vez converge como as afirmações atraídas em grupo focal. Dessa forma, podemos afirmar que o aluno cotista no curso de Bacharelado em Administração, enxergam a possibilidade de influenciar o seu bairro sob esses aspectos. O menor percentual, com 19,2%, diz respeito à possibilidade de contribuição por meio de atividades empreendedoras, evidenciando baixa expectativa dos discentes de desenvolverem esses aspectos dentro do seu território.

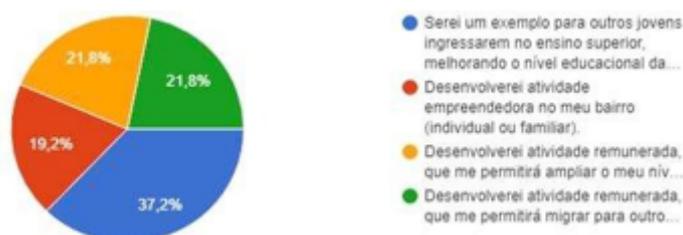


Gráfico 09: Condições em que a formação dos discentes poderia contribuir para melhoria dos bairros.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados empíricos coletados (2018).

Ao serem indagadas se de alguma forma o sistema de cotas favoreceu no desenvolvimento pessoal dos participantes, o que impactam em seu desenvolvimento social, econômico e político, foi encontrado o maior percentual em nível de concordância: 25,6%. Diante do exposto, podemos entender que o sistema de cotas segundo perspectiva dos alunos cotistas do curso de Bacharelado em Administração DCH-I/UNEB, impacta com um fator diferencial em diversas áreas no desenvolvimento do discentes.

Quando indagados se a UNEB viabilizou o desenvolvimento educacional por ser uma universidade considerada “popular e inclusiva”, a maioria expressiva foi 66,66%. Evidenciando o discurso de César (2003), que defende a inserção no ensino superior como melhor estratégia de ação em busca da igualdade de condições. O autor justifica sua concepção por entender que o ensino superior desenvolve as habilidades do indivíduo em “analisar, contestar, pesquisar, estudar, aplicar tecnologia, compreender, propor e se engajar com o poder, o que é fundamental no desenvolvimento da autonomia e do poder de transformação do indivíduo” (CÉSAR, 2003, p.117-149).

Ao serem questionados sobre se a política de cotas era essencial para redução das desigualdades sociais no território de origem, 50% concordaram com essa afirmação. Esse mesmo discurso é evidenciado quando Munanga (2010), defende a necessidade de cotas para o ingresso nas universidades e instituições federais, uma vez que o autor enxerga essa possibilidade como instrumento de mudança social, uma vez que esse sistema viabiliza a inserção de um grupo a espaços no qual anteriormente não seria possível a sua participação.

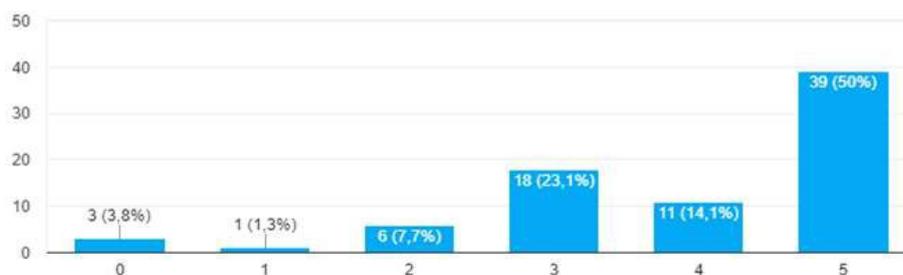


Gráfico 12: Política de Cotas para a redução de desigualdade social.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados empíricos coletados (2018).

Por último, foi perguntado aos alunos se a formação em Administração contribuía para pensarem no Desenvolvimento Territorial, o maior percentual registrado (28,2%) em nível de concordância, resultado esse que diverge com os discursos presentes em grupo focal.

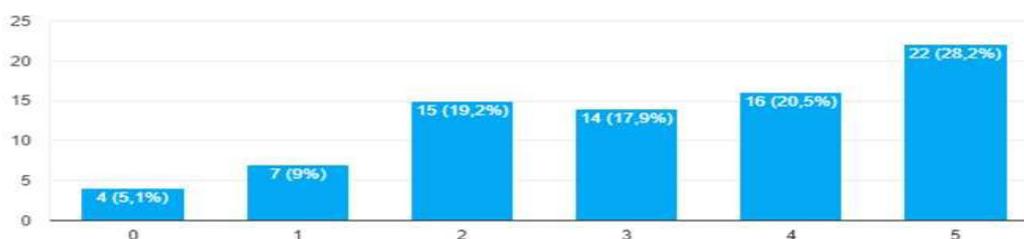


Gráfico 13: Contribuição da formação em Administração para o pensar no Desenvolvimento Territorial.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados empíricos coletados (2018).

Esses dados evidenciam as percepções dos alunos que participaram em questionário sobre contribuições do curso de Bacharelado em Administração. Esse discurso destoa das falas obtidas em grupo focal, no qual os participantes afirmam não enxergar grandes contribuições do curso de Administração na reflexão sobre o desenvolvimento territorial. As considerações finais, em vista de todo percurso alcançados estão apresentados no ultimo capítulo desta pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações afirmativas são ferramenta uteis para o progresso da sociedade em que vivemos. Nessas ações, estão contidas oportunidades reais de avanços na possibilidade de vencer o retrocesso que o país está condicionado há anos. Ainda que os impactos gerados pela implantação da política de cotas sejam insuficientes para a promoção da igualdade social, a sua existência, além de necessária para gerar profundas discussões na sociedade, já promove a redução das desigualdades, uma vez

que possibilita a inserção de uma população dentro de um espaço no qual anteriormente não era lhe dado tal oportunidade. Na UNEB, são 14000 jovens negros formados nos últimos dez anos. O sistema de cotas implementado a partir dos anos 2000 foi criado como uma medida temporária para diminuir as desigualdades sociais vividas, de forma geral, por pessoas descendente de africanos escravizados, os afrobrasileiros, e moradoras de comunidade.

Entende-se que o objetivo da criação dessa política é fazer com que indivíduos que antes não tinham a oportunidade de educação possam acessar de forma mais igualitária os seus direitos, antes exclusividade de pessoas de classe social alta, e, geralmente, brancas. Existe, nas ações afirmativas, uma real oportunidade para realizar mudanças na sua realidade e na realidade do seu território, construindo uma perspectiva futura, não somente para o indivíduo como para a sociedade de forma geral, dessa forma reduzindo a desigualdade no país.

Nessa trajetória de pesquisa, buscou-se identificar as perspectivas dos alunos cotistas do curso Bacharelado em Administração DCH-I/UNEB, pós-formatura, avaliando a percepção dos mesmos em relação às possibilidades de promoção de desenvolvimento no seu território de origem. Ao buscar caracterizar o modelo de sistema de cotas adotado pela UNEB, verificou-se que no processo seletivo existe a reserva de 40% para candidatos negros que tenham cursado todo o ensino fundamental e médio, exclusivamente, em escola pública, além de ter como critério possuir renda bruta familiar mensal inferior ou igual a quatro salários mínimos e ser pretos e se autodeclaram como tais. Existe ainda a reserva de 10% de cotas para pessoas indígenas. Esse percentual é igualmente distribuído para todos os cursos da instituição. Com base na pesquisa em campo, constatou-se que de fato, os alunos participantes do grupo focal e os que responderam ao questionário se declaram como indivíduos negros e oriundos de escola pública, além disso podemos afirmar que o sistema de cotas na UNEB, viabilizou o desenvolvimento social, político e econômico dos discentes que ingressaram sob esse critério.

Quanto ao perfil dos alunos da instituição estudada, a maioria expressiva dos participantes estão na faixa etária compreendida entre 21 e 28 anos, além disso são moradores de bairros periféricos de Salvador, destaca-se seu posicionamento em se declarar cotista. Nesse sentido o ato de se declarar ou não se declarar cotistas não é uma barreira dentro do ambiente da universidade, uma vez que os estudantes se sentem à vontade para tal. Esta pesquisa também constatou que as projeções pós-formatura dos discentes cotistas, são voltadas para o desejo de encontrar estabilidade financeira após a graduação, discurso presente em todas as falas em grupo focal e reiterado nas respostas ao questionário.

Em relação à percepção dos alunos quanto à possibilidade de influenciar o seu território de origem após seu processo formativo, foi constatado que os alunos poucos conhecem a respeito de desenvolvimento local e territorial, visto que segundo os próprios discentes, o curso de Bacharelado em Administração DCH-I/UNEB pouco trata deste temas dessa forma, foi apurado que a perspectiva dos alunos sobre a possibilidade de influenciar seu território é restrita somente a atuar sob pretensão de ser exemplo para outras pessoas do seu território para ingressarem no ensino superior. Nenhum outro aspecto foi mencionado, visto que as suas projeções pós formação não abordam tais assuntos. Assim, pode-se afirmar que as perspectivas dos alunos cotistas do curso Bacharelado em Administração DCH-I/UNEB pós-formatura são fundamentalmente

a estabilização financeira, através de ingresso a cargos públicos, ou exercendo a função de empreendedor ou, ainda, ingressando em grandes empresas, galgando cargo estratégico, como também, em paralelo a isto, a especialização acadêmica. Esse discurso esteve presente tanto no grupo focal como nas respostas ao questionário aplicado nesse estudo. A política de cotas é, portanto, essencial como instrumento de mudança social na realidade do Brasil, da Bahia e de Salvador, podendo auxiliar na redução de desigualdades sociais. Há ainda a possibilidade que o acesso à educação superior viabilizado para os alunos cotistas possa promover uma mudança, de forma direta ou indireta, na vida pessoal do indivíduo, na sua trajetória profissional e no desenvolvimento local.

Nesta perspectiva, a Universidade do Estado da Bahia já apoia em larga escala a inserção da população que necessita de desenvolvimento social, econômico e político por meio de todas as ações afirmativas apresentadas nessa pesquisa. Dito isso, se faz necessário que a universidade reconhecida pela comunidade como “popular e inclusiva” dê um passo à frente e consiga melhorar os níveis de conscientização do discente em relação ao que pode ser devolvido para a sociedade. Ora, se curso de Bacharelado em Administração trata das organizações como um todo, assim, julga-se necessário que existam medidas para que as teorias aprendidas nas salas de aulas sejam relacionadas à realidade vivida pelo aluno cotista, de modo que ele possa aplicar diretamente o seu aprendizado junto à sua realidade e, por consequência, seja o condutor de mudança no seu território de origem.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. (2009) **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA.(Org.). (2003). **Educação e Ações Afirmativas: Entre a Injustiça Simbólica e a Injustiça Econômica**. 1 ed. Distrito Federal: INEP, v., p. 81-98.
- FONSECA, J. J. S. (2002) **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC. Apostila.
- GERHARDT, T E.; SOUZA, A. C. de. (2009). **Métodos de Pesquisa**. 0 f. - Curso de Tecnológica Planejamento e Gestão Para O Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em 12 de set. 2017
- GIL, A. C. (2009). **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- GORDILHO-SOUZA, A. (2008). **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. 2. ed. Salvador: EDUFBA.
- HITA, M. G. (2017). Uma comunidade periférica da cidade de Salvador: entre a requalificação urbana e a pacificação policial. In: GLENDIHILL, J.; HITA, M. G.; PERELMAN, M. (Orgs.). **Disputas em torno do espaço urbano**: processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade. Salvador: EDUFBA.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf> Acesso em: 12 mai. 2018.

LERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. (2001) **The utilization of focal group a quality methodology on health promotion**. Rev. esc. enferm. USP [online]. vol.35, n.2, pp.115-121.

MATTOS, W. R. de. (2007) **Contribuição historiográfica ao debate sobre ações afirmativas: exclusão racial na Bahia do século XIX**. 12 f. EDUFBA

MEC. Ministério da Educação. **Portal da MEC**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

MORGAN, D.L. (1997). **Focus groups as qualitative research**. California: Sage Publications.

MUNANGA, K. (1996) O Anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, K. (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp, p.79-111.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. (2006). **O negro no brasil de hoje**. São Paulo: Global.

RIBEIRO, D. (1995) **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras.

SACHS, I. (1986). **Espaços e tempos do desenvolvimento**. São Paulo, Vértice, 1986.

SALATIEL, J R. (2012) **A polêmica do sistema de cotas**. Disponível em: vestibular.vol.com.br/./educacao-a-polêmica-do-sistema-decotas.html. Acesso em: 22 mai. 2018.

SERPA, A. (2012). Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto.

SOUZA, M. L. de. (2001). O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. GOMES, Paulo César da C. CÔRREA, Roberto Lobato (org). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertand Brasil.

SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). (2012). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto.

UNEB. **Portal da UNEB**. Disponível em: https://portal.uneb.br/proaf/wpcontent/uploads/sites/65/2018/05/Edital-040_2018-Aviso-063Programa-vestibular2017.manual_candidato. Acesso em: 25 mai. 2018.

UNEB. **Vestibular da UNEB**. Disponível em: http://www.vestibular2017.uneb.br/wpcontent/uploads/2016/12/manual_candidato_2017_r.pdf. Acesso em: 25 mai. 2018.

VASCONCELOS, P. A. (2011). **Salvador: transformações e permanências**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011